A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A PERMANÊNCIA DE COTISTAS AFRODESCENDENTE NO CURSO DE ODONTOLOGIA

Josenilda Almeida Cavalcante¹, Clara Roseane da S. A. Mont'Alverne², Antonia Izabel da Silva Meyer³, Leneide Austrilino Petta⁴, Mercia Lamenha Medeiros⁵ e Lenilda Austrilino⁶

^{1,3,4,5 e 6}Universidade Federal de Alagoas. ¹ jac.ternurinha@gmail.com; ³issismeyer@hotmail.com; ⁴leneideroberto@uol.com.br; ⁵mercialamenha@hotmail.com; ⁶lenildaaustrilino@gmail.com

²Universidade Autônoma de Assunção. clarazevedo@globo.com

Resumo: Negros e negras acessam o ensino superior por meio da Lei de cotas, esta dispõe que estudantes afro descendentes advindos da escola pública, renda familiar de até um salário mínimo e meio sejam inseridos na universidade. A prática pedagógica do curso de odontologia requer, a partir do 4º período, a aquisição do kit acadêmico de alto custo, motivo que gera a problemática: que medidas a instituição adota para garantir uma prática pedagógica inclusiva para os discentes cotistas, do curso de odontologia. Objetivo analisar que medidas são adotadas em relação a proposta pedagógica para a permanência dos discentes cotistas no referido curso. Pesquisa de abordagem qualitativa. Entrevista semiestruturada com estudantes do 4º e 5º período de odontologia, gestores, professores dos laboratórios e clínica de dentística e representante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena. Análise dos dados por meio de análise de conteúdo. Resultados mostram que, as medidas adotadas pela instituição para garantir a permanência dos estudantes negros cotistas e o desconhecimento dos professores e gestores sobre elas, dificultam a proposição de práticas pedagógicas inclusivas. Além disso, as medidas não são suficientes, sendo necessário investimentos nos mecanismos institucionais de assistência estudantil, apoio as estratégias pessoais e ao estabelecimento de metodologias inclusivas.

Palavras Chave: Lei de Cotas; Política de Ação Afirmativa; Permanência; Democratização do Ensino Superior.

PEDAGOGICAL PRACTICE AND THE PERMANENCE OF AFRO-DESCENDENT QUOTA HOLDERS IN THE DENTISTRY COURSE

Abstract Black men and women can access higher education through the Quota Law, which provides that Afro-descendent students from public schools, family income of up to one and a half minimum wages are included in the university. The pedagogical practice of the dentistry course requires, from the 4th period, the acquisition of the academic kit of extensive value, reason that generates the following problem: what measures does the institution take to guarantee an inclusive pedagogical practice for quota students, of the dentistry course? This work with the objective of analyzing which measures are adopted in relation to the pedagogical proposal for the permanence of quota students in the referred course. Qualitative research, with semi-structured interview with students from the 4th and 5th period of dentistry, the coordinator, the vice coordinator, the professors of the dentistry and clinical laboratories, in addition to the director of the Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies. Data analysis through content analysis. The present investigation showed that black quota students remain at university, it is necessary to invest in the institutional mechanisms of student assistance, in the personal strategies of permanence and in the establishment of inclusion methodologies covering segments with a history of exclusion.

Keywords: Quota Law; Affirmative Action Policy; Permanence; Democratization of Higher Education.

1. INTRODUÇÃO

A política de cotas, Lei nº. 12.711, foi instituída no Brasil, com a finalidade de inserir no ensino superior estudantes pretos, pardos e indígenas, oriundos da escola pública e com renda per capita igual ou menor que um salário mínimo e meio bruto. O acesso à universidade é apenas o início desta jornada de formação, a efetivação e sucesso de sua trajetória até a conclusão do curso depende de medidas que garantam sua permanência na instituição.

As medidas de acompanhamento e permanência do estudante na instituição pesquisada foram estabelecidas a partir do Programa de Ações Afirmativa para o Afrodescendentes (PAAF). O PAAF, é constituído por conjunto de ações com o objetivo de propiciar a permanência da população negra na universidade, é composto por quatro subprogramas voltados para: políticas de cotas; políticas de acesso e permanência, políticas curriculares e formação de professores e políticas de produção do conhecimento. Esses subprogramas são coordenados por uma Comissão Permanente vinculada ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI).

O curso de odontologia da instituição estudada, em 2019 tinha regularmente matriculado 463 alunos, destes 231 eram cotistas. Esta proporção de alunos reflete a composição social do estado da (instituição estudada) que apresenta baixos índices de escolarização e uma população acima de 60% constituída de afrodescendentes, conforme indicadores censitários apontados pelas últimas pesquisas do IBGE. (Brasil, 2010.) A aprovação da Lei de Cotas inaugurou segundo Feres Junior; Campos (2016) um novo período em relação às políticas de ação afirmativa, considerando que a democratização de acesso ao ensino superior foi caracterizada pela padronização desse tipo de iniciativa.

A Faculdade de Odontologia conta com uma estrutura de laboratórios, ambulatórios e clínicas além de trabalhos de extensão junto à comunidade extra muro. Existem, contudo, diversos pontos de estrangulamento, entre eles as disciplinas do 4º e 5º períodos relacionadas a prática profissional que requer do discente a aquisição de kit acadêmico, composto por material permanente e de consumo, para utilização nas aulas práticas (Foufal, 2014).

Neste contexto, a formação dos estudantes de odontologia que tem sua jornada como cotista, requer uma atenção diferenciada do Programa de Ações Afirmativas – PAAF, uma

vez que sua permanência necessita de apoio, devido aos custos financeiros advindos da proposta pedagógica do curso e pelo fato da instituição não dispor de Kits acadêmicos, nem de material de consumo suficiente para cada aluno e equipamentos de proteção individual necessários para os discentes realizarem aulas nos cenários de prática.

Estudos sobre a permanência de cotistas foram realizados em diferentes universidades, mas de acordo com Albuquerque e Pedron (2018) o tema ações afirmativas, apesar de não ser recente, recebe pouco destaque na comunidade acadêmica no Brasil. Esta constatação justifica a importância de analisar que medidas a instituição vem adotando para garantir uma prática pedagógica inclusiva para os discentes das cotas raciais do curso de Odontologia.

1.1 Educação superior e desigualdades

O Brasil apresenta o terceiro pior índice de desigualdade no mundo, tendo como principais causas a disparidade social a falta de acesso à educação, a política fiscal injusta os baixos salários e a dificuldade de dispor de serviços básicos, como saúde, saneamento e transporte.

Do ponto de vista histórico a educação superior brasileira sempre foi voltada para as elites sendo “herdeira direta do sistema discriminatório da sociedade escravagista sob dominação imperial” (Cunha, 2017, p. 31). A partir dos últimos anos do século XX passou a experimentar avanços, com a implantação de políticas públicas voltadas a democratização do ensino, criando mecanismos de acesso à educação para parcela da população historicamente excluída, principalmente do ensino superior.

A despeito dos desafios que ainda devem ser enfrentados em relação ao acesso, permanência e sucesso, o sistema educacional brasileiro não apresentou ainda, na mesma proporção, a garantia das condições necessárias para a consequente promoção da aprendizagem de parte significativa dos alunos que chegam às escolas.

Autores, como Percebe (1994, p. 261) e Saviani (2004, p. 51), destaca ter havido significativo avanço das matrículas, a democratização do ponto de vista quantitativo, que necessita de medidas que venham sanar deficiências dessa expansão, pois não basta abrir as portas das escolas. É preciso que os que conseguem ingresso possam permanecer até concluir os estudos a que aspiram e para os quais têm capacidade.

A esse respeito, Werebe (2014) esclarece conforme consta no Documento Base da CONAE, Brasil (2014a, p. 57):

... a democratização da educação não se limita ao acesso à instituição educativa. O acesso é, certamente, a porta inicial para democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos/as os/as que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos/as no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade...

À luz dessa reflexão, é elucidativa a constatação de Casassus (2007, p. 140) para quem “... a escola faz [...] diferença no que se refere à redução do impacto da desigualdade que se observa na sociedade”. Esse ponto de vista encontra ressonância na determinação do Ministério da Educação, Brasil, (2005, p. 3) segundo a qual “o Brasil precisa democratizar e qualificar suas instituições de ensino em todos os níveis”

Assim, ressalta-se o propósito central deste trabalho, que consiste em examinar as Políticas de Ações Afirmativas, na perspectiva da democratização do acesso a uma das etapas da educação, o Ensino Superior. Para alguns estudiosos, como Cunha (2017a) e Durham (2015), o país viu o advento tardiamente, considerando que, ao contrário do que ocorreu em alguns países da América Latina, a sua origem data do século XIX. Esse tipo de abordagem encontra respaldo também em Anísio Teixeira, que, em 1956, ao advogar um sistema democrático de educação para o Brasil, apelava para a necessidade de remontar às suas origens discriminatórias.

Visando minimizar as desigualdades a criação de um grupo de trabalho interministerial com a função de estimular e formular políticas de valorização da população negra aliada ao surgimento de diversos conselhos e a participação da comunidade negra na luta contra as desigualdades sociais entre negros e brancos contribuíram para uma mudança de postura em diversos segmentos da sociedade.

Um panorama sobre o ensino superior brasileiro mostra, de acordo com o Censo da Educação Superior, que há 8.052.254 de matrículas nos diversos tipos de cursos superiores, sendo 6.061.756 na rede privada e 1.990.498 na rede pública de ensino. Das matrículas públicas, 1.249.453 foram contabilizadas nas instituições federais, 623.710 nas estaduais e 117.335 nas municipais. Em termos percentuais, as matrículas em instituições privadas representaram 75,3% e as públicas 24,7%. Além disso, o Censo de 2016 registrou a existência de 2.407 instituições, sendo a expressiva maioria 87,7% da rede privada.

É notável a posição de destaque da rede privada em todos os itens analisados. Ora, sendo o objetivo da democratização combater esse caráter elitista, visto que o acesso ao conhecimento e aos benefícios materiais e simbólicos relacionados e prometidos pelo ensino superior continuavam associados à origem social e à trajetória escolar pregressa dos alunos, a democratização requerida, necessita de acordo com Santos (2018, p. 79) “atentar para as preocupações de Gouveia (1968) e Zago (2016), segundo as quais a expansão deverá vir acompanhada das condições materiais necessárias à garantia da permanência e sucesso”. Nesse sentido a complexidade da democratização vai além de abrir as portas da universidade, sendo necessário adotar medidas que assegurem a permanência e o êxito acadêmico.

É importante advertir para a polissemia subjacente ao conceito de democratização, para Velloso (2012, p. 406) a abrangência do termo implica desde “aumento de vagas, até processos centrados na inclusão social [...] que está associada ao ingresso de grupos ou camadas sociais até então [...] alijado”. Para Passos (2015, p. 157) “o campus está mais plural e democrático, mas não menos conflituoso e desafiador, exigindo que a universidade redescubra sua função social”. Tais argumentos reafirmam que a democratização do ensino superior não se reduz à questão do acesso, trata-se de uma problemática mais ampla que envolve outros aspectos.

1.2 Política de ações afirmativas

Quando a Lei de Cotas foi sancionada, diversas universidades federais já adotavam algum tipo de política de ações afirmativas. Elas são conjugadas no plural por não se tratar de uma única ação política, numa única área, e, sobretudo, por terem objetivos conjugados e estratégias diversificadas, portanto, plurais. Como diz Brandão (2007, p. 7), “no plural, porque tratam de medidas e critérios diferenciados, conforme sua formulação e aplicação, mas que têm em comum o mesmo objetivo: reparação mínima das desigualdades raciais acumuladas ao longo dos séculos” As políticas afirmativas no Brasil carregam essas premissas. No sentido mais restrito do que significam, as ações são nomeadamente chamadas de “afirmativas” porque sustentam a intenção política de combater efeitos negativos, em determinados grupos sociais marginalizados e excluídos, sem o direito garantido de acesso aos bens e serviços públicos de qualidade.

As ações afirmativas são definidas como medidas redistributivas que visam alocar bens para grupos específicos, isto é, discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica e/ou

cultural passada ou presente (Feres Junior & Zoninsein, 2006). Agrupados sob essa denominação encontram-se procedimentos distintos que visam a mitigar desigualdades e que, não raro, atendem a reivindicações coletivas, como distribuição de terras, de moradias, medidas de proteção a estilos de vida ameaçados e políticas de identidade.

As ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, adotadas pelo poder público, que objetivam mitigar desigualdades historicamente acumuladas, promover a igualdade de oportunidades e compensar prejuízos decorrentes da discriminação passada ou presente. Com essa intenção, o Ministério da Educação institucionalizou o *Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições de Educação Superior – UNIAFRO*, propondo a formação e/ou consolidação dos NEABs, sendo esses, responsáveis diretos para planejar, acompanhar e avaliar o Programa de Ações Afirmativas – PAAFs, nas instituições federais de ensino superior – IFES.

O Programa de Ações Afirmativas – PAAF, em desenvolvimento desde 2005, na instituição estudada, contempla as políticas que visam garantir a permanência, acompanhamento e ampliação do número de beneficiados com a reserva de vagas, direcionada aos estudantes oriundos da escola pública, negros, pardos e índios autodeclarados, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e heteroidentificados.

O PAAF, da instituição estudada é composto de quatro eixos: o primeiro é o do acesso, sendo o principal que é conhecido como cotas. O segundo é a permanência que são políticas que a universidade deve ter vinculadas ao desenvolvimento do estudante, como o acesso ao restaurante universitário, a residência universitária ou auxílio moradia e bolsas acadêmicas.

Algumas universidades têm auxílio transporte e bolsas que possibilitam esse processo de permanência todas essas políticas são garantidas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, que é gerenciado pela Pró-reitoria Estudantil. O terceiro eixo, se refere a possibilidade de reformular os currículos. Não adianta pessoas negras, quilombolas, com deficiência, indígenas e pessoas trans virem para dentro da universidade e os currículos não perceberem que esses sujeitos têm saberes e falas.

O quarto eixo é de produção do conhecimento, chamado de movimento social negro nas discussões étnico-raciais de uma etnociência, uma ciência que se preocupa em discutir questões vinculadas ao cotidiano dessas comunidades de negros, indígenas e quilombolas.

2. METODOLOGIA

O objetivo deste estudo foi analisar as medidas que a instituição vem adotando para garantir práticas pedagógicas inclusivas para os discentes das cotas raciais, do curso de Odontologia de uma IES pública.

Para tal, foi desenvolvida pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória-descritiva pelo fato do estudo resguardar domínio em descrever um determinado fenômeno para ampliar conhecimento, assim como caracterizá-lo (Marconi & Lakatos, 2010). O estudo de campo tem sua importância à medida que o pesquisador necessita ir ao espaço onde o fenômeno ocorre e busca reunir um conjunto de informações a serem coletadas e documentadas. O campo considerado foi o curso de odontologia da IES estudada.

Para a coleta dos dados foram utilizados análise documental e entrevistas. Participaram da investigação: seis (06) alunos do 4º e 5º período do referido curso pelo fato destes estarem vivenciando as atividades nos laboratórios de dentística, momento que requer a aquisição do Kit acadêmico, criando uma barreira financeira para a continuidade do curso. Além disso, o fato de entrevistar cotista e não cotista se justifica devido as diferenças na renda familiar, por definição do edital das cotas, implicando nas condições de permanência e de participação nas atividades didáticas do curso.

São quatro professores que lecionam no 4º e 5º períodos, entrevistá-los é importante pelo fato deles ministrarem as disciplinas relacionadas ao laboratório e clínica de dentística e, pela possibilidade deles serem os mediadores da implantação de políticas institucionais. Essa disciplina requer o uso do kit acadêmico, sem o qual não há como realizar práticas no laboratório de dentística.

Dois (02) gestores pertencentes ao Colegiado do curso foram entrevistados por serem os responsáveis por viabilizar o Projeto Político Pedagógico e pela implantação e acompanhamento das medidas adotadas pela instituição para a permanência dos alunos no curso.

Destacamos, um (01) representante do Núcleo de Estudos Afro Brasileiro e Indígena NEABI entrevistado, pelo fato de ser o responsável pelo Programa de Ações Afirmativas. São os seus membros quem avaliam e acompanham a implantação da política de ingresso e permanência dos cotistas na instituição.

A análise dos resultados foi realizada a partir da Análise de Conteúdo na Modalidade Temática por ser “rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples” (Bardin, 2011 p. 201). Além disso, tem como objetivo descobrir os núcleos de sentidos da comunicação que representem algo para o alcance dos objetivos (Minayo, 2010; Bardin, 2011). Nela, o tema é a unidade de significação que se desprende de um texto analisado.

A análise do conteúdo seguiu as etapas imprescindíveis e sucessivas indicadas por Minayo e Costa (2019, p. 26). Após leitura atenta e exaustiva, até a impregnação (Minayo & Costa, 2019, p. 26) identificou-se, por meio de inferência, os núcleos de sentido que reorganizados resultaram em duas categorias temáticas: medidas de acompanhamento, permanência e correção das desigualdades e, contribuição da prática pedagógica para a permanência no curso

De acordo com a resolução 510/2014 do conselho nacional de saúde que regula a pesquisa envolvendo seres humanos, este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa sendo aprovado pelo parecer nº3.749.005 CAAE:20089419.7.0000.5013. Os que concordaram em participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes da coleta de dados.

3. RESULTADOS

3.1 Medidas de acompanhamento, permanência e correção das desigualdades

O Programa de Ações Afirmativas tem como objetivo propiciar ações que viabilizem o acesso e permanência da população negra na universidade. Aprovado pelos Conselhos Universitário (CONSUNI) e de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), o programa é estruturado em 04 (quatro) sub-programas: 1– Políticas de Cotas, 2- Políticas de Acesso e Permanência, 3- Políticas Curriculares e de Formação de Professores e 4 – Políticas de Produção de Conhecimento.

Contém 13 metas físicas sendo a fundamental para essa pesquisa, as metas relacionadas aos eixos: 1) Política de apoio à permanência, que consiste em: gerenciar as bolsas acadêmicas, acesso ao restaurante e a residência universitária. Além da implantação do sistema de cotas para negros/negras com o percentual de 50% (cinquenta por cento) das vagas; 2) Políticas curriculares e formação de professores.

Questionados sobre quais as medidas adotadas pela instituição para garantir a permanência dos estudantes cotistas no curso os professores responderam: *“Eu não conheço todas as medidas, mas sei que alguns alunos recebem bolsas da Pro Reitoria Estudantil”* P4, os demais professores desconhecem a existência destas medidas *“Infelizmente não conheço. Desconheço”* P3, *“Não, eu desconheço”* P2. *“Não conheço nenhuma medida específica”* P1.

As gestoras do curso responderam *“não conheço detalhadamente às medidas”, “desconheço o número de cotistas que tem acesso ao curso”, só “recentemente soube quais os cotistas evadiram-se do curso” “espero receber documento informando quem é cotista para acompanhar”* G1. A gestora G2 disse *“desconheço a existência de ações afirmativas”, “mas é necessário acompanhamento para esses estudantes”*.

De acordo com os dados coletados para esse estudo há entre os professores entrevistados e gestores do curso um desconhecimento das políticas de permanência para estudantes afro descendentes. Ambos não conhecem o que e quais são as ações efetivas de acompanhamento que garantam a permanência dos estudantes durante a sua formação inicial. Esse desconhecimento remete ao questionamento elaborado por Jesus (2018) quando reflete sobre racismo e o seu silenciamento nas instituições escolares, e pergunta *“Afinal, como combater aquilo que não se reconhece a existência?”* e aponta que as instituições escolares silenciam acerca do próprio racismo, e em consequência, silencia-se sobre os meios de combatê-lo.

Os estudantes relataram quais as medidas eles conheciam visando a permanência na instituição: *“bolsa permanência no valor de R\$ 400,00”* A1. *“Gratuidade de acesso no restaurante universitário”* A2. *Eu sou cotista e também conheço alguns amigos que são, é pouco mas dar para gente se virar, mais conheço muitos que não conseguiram, a seleção que concorri foram 3000 cotistas para 300 bolsas, imagina o sufoco para conseguir, muitos por conta do custo do curso, tem que trabalhar para se alimentar, transporte”* A3. *“Acesso a residência universitária”* A4, *“consegui uma bolsa por 1 período de 1 ano, dou 12 horas por semana, estudei no IFAL e tenho um certo domínio de informática, por isso consegui uma bolsa na seleção”*. A5 *“Eu sou beneficiado, na minha sala tem mais 3 alunos, em todos os períodos conheço alguns bolsistas, geralmente 1 ou 2 e também tem o auxílio moradia, que alguns colegas recebem para morar em Maceió, é um valor menor de R\$ 320,00 acho que poucos na odonto tem, conheço 2 pessoas que tem o auxílio emergência, que você entra com um requerimento junto a PROEST”*.A6 Todos conhecem alguém que recebe apoio

financeiro, mas essas ações não são diretamente voltadas para os afrodescendentes, são medidas adotadas para todos os estudantes. Em 2018 com recursos advindos do MEC, o quantitativo de bolsas permanência contemplaram 1.468 alunos de todos os cursos da instituição, destes 536 foram destinadas a quilombolas e indígenas (Santana; Cavalcante e Petta, 2019)

Os estudantes únicos que conheciam seus direitos, entretanto, as medidas adotadas não podem se restringir conforme Piovesan (2008, p. 889) afirma “a igualdade material, correspondente ao ideal de justiça social e distributiva (igualdade orientada pelo critério socioeconômico) [...] a justiça exige, simultaneamente, redistribuição e reconhecimento da identidade”. Professores e gestores do curso desconhecem a existência das medidas adotadas, esses resultados convergem com estudos relacionados a permanência de cotistas, encontrados na literatura que foram realizados em diferentes universidades e períodos.

Pesquisa realizada por Albuquerque e Pedron (2018, p. 55) conclui que “o tema ações afirmativas, apesar de não ser recente, recebe pouco destaque na comunidade acadêmica no Brasil”. Neste estudo, identificaram a existência de “dificuldades enfrentadas e a necessidade do olhar acadêmico sobre o tema” (Moehleck, 2004) e mostraram que anos após o estabelecimento dessa política, pesquisa realizada por Carvalho em 2011, identificou que 129 universidades já contavam com algum tipo de ação afirmativa. Destas, 94 instituições possuíam políticas voltadas para estudantes de escola pública, 67 voltadas para indígenas e 52 para negros.

O que pese o número de instituições que oportunizem o acesso as populações historicamente excluídas, poucos estudos são encontrados que façam referência sobre a permanência destes estudantes na instituição. Para Brandão Campos e Lima (2018, p. 25) “vista como uma forma de compensação, reparação das injustiças ou redistribuição das oportunidades, as Ações Afirmativas surgem hoje como uma das discussões mais urgentes do século XXI”.

Diante deste quadro a diretora do NEABI responsável por coordenar o PAAF política traçada pela IES visando entre outros aspectos a permanência dos estudantes, apresenta uma ampla explanação sobre o PAAF, *“Ele é composto de quatro eixos: o primeiro é a do acesso, sendo a principal que é conhecido como cotas. O segundo é a permanência que são políticas que a universidade deve ter para possibilitar o desenvolvimento das atividades*

de estudantes que entram via reserva de vagas para pessoas negras ou pessoas indígenas ou pessoa com deficiência. O terceiro eixo, se refere a possibilidade de reformular os currículos. O quarto eixo é de produção do conhecimento.” Entretanto, “há dificuldades para implementar esse acompanhamento” “não dispõe de recursos nem dados institucionais que subsidiem o planejamento e a proposição de ações afirmativas”

O trabalho de Duarte Junior (2018) versa sobre a incidência do princípio da transferência de renda sobre a assistência estudantil nas universidades públicas brasileiras. Com este trabalho pode-se constatar que a adoção de bolsas e auxílios financeiros constituem carro-chefe entre as medidas de apoio a permanência discente, pela universidade pública estudada.

Em análise, a vice coordenadora tem ideia da presença, mas não sabe dimensionar o número de estudantes, percebe a dificuldade deles (cotistas) em continuarem com o curso pela questão financeira para a compra dos Kits acadêmicos exigidos para a prática de dentística, faz um paralelo com a clientela atendida pelo SUS, mas não apresenta nenhuma atitude que gere ou indique mudanças nesse quadro.

3.2 Contribuição da proposta pedagógica para a permanência no curso

O Projeto Político Pedagógico do Curso é um documento de referência conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996. É por meio dele que as instituições de ensino exercem sua autonomia administrativa, financeira e pedagógica, organiza o currículo, o espaço e o tempo de acordo com as especificidades de cada curso. Além da LDB, a proposta pedagógica do curso de odontologia, segue o que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos da área da saúde.

Fundamentada no desenvolvimento de competência e habilidades de acordo com as DCN (Brasil, 2014) o projeto pedagógico do curso de odontologia deverá estabelecer com clareza as intencionalidades que se deseja alcançar. Para que as intencionalidades possam ser realizadas a prática pedagógica deve se constituir em uma ação consciente e participativa substituindo a decisão pessoal pela coletiva (Nunes, 2017). Assim, o PPC deverá explicitar entre suas intencionalidades o perfil do sujeito a ser formado, envolvendo as dimensões cognitivas, afetivas e psicomotoras.

Neste cenário institucional, a comunidade acadêmica desempenha papel fundamental na implantação das intencionalidades visando “eliminar ou reduzir as desigualdades sociais que operam em detrimento das minorias no contexto da educação, notadamente minorias raciais” (Albuquerque & Pedron, 2018, p. 70).

Questionados professores, gestores e estudantes sobre a prática pedagógica e a relação com a permanência dos cotistas no curso, a coordenadora do curso afirma “temos uma evasão no curso muito grande, porque é um curso caro, eles cursam geralmente os primeiros períodos porque só vão comprar instrumental a partir do 4º e 5º período, aí é quando começam de fato os problemas ... a causa é a insuficiência financeira”. Os estudantes reclamam “a proposta pedagógica não contribui, principalmente devido a necessidade de aquisição do Kit acadêmico que é muito caro” A1. “O valor da lista varia entre R\$3.000,00 e R\$4.000,00 e depende da cotação do dólar cada um compra seu próprio Kit acadêmico arcando com os custos, sem acesso a nenhum auxílio” A4. “A instituição não dá suporte nenhum agente que se vire, tem que correr atrás sozinho, conta com a solidariedade, mas não existe um planejamento pedagógico pois a instituição nos deixa largadas a própria sorte” A5. “Alguns contam com a solidariedade de colegas que já se formaram e que fazem a doação do Kit se não tiver fica sem nota e não participa das aulas práticas” A6.

Oliveira (2011) diz que o acesso ao ensino superior possibilita a chance de progressão pessoal e profissional e presume-se que a médio e longo prazo, a presença desses estudantes cotistas, em cursos mais concorridos, resultará na formação de especialistas negros em condições de competir por uma vaga no mercado de trabalho. Embora haja recursos do PNAES, os estudantes não lograram êxito ao reivindicar apoio institucional para aquisição de material, segundo a coordenadora: “a instituição não faz doação dos Kits, em certa oportunidade os alunos fizeram pressão e a administração geral ficou de providenciar, mas nunca cumpriu a promessa”.

Para Albuquerque e Pedron, (2018) os objetivos fundamentais para as ações afirmativas visam maximizar a inclusão dos grupos vulneráveis, a formação força de trabalho, a representatividade política e econômica dos grupos minoritários, o crescimento pessoal e profissional e o princípio da equidade. Entre estes objetivos o mais evidente é a inclusão por meio das cotas, por promover a diversificação etnicorracial nas salas de aulas em

prestigiados cursos, como Odontologia, Nutrição, Direito, Medicina que antes das cotas, não acolhiam estudantes negros.

Há evasão dos estudantes quando chegam ao 4º e 5º período, momento que ocorrem as aulas de práticas em laboratório encontram esse cenário, descrito pelos professores destes períodos: *“Não sei como os alunos fazem para ter acesso ao kit, eu desconheço se tem contrapartida da instituição”* P3. *“Com relação ao material na avaliação, nós sabemos da dificuldade do aluno em obtê-los. Só são penalizados quando o material que ele leva não é indicado para aquela prática, então se estiver faltando material que não vai interferir no atendimento, não sofre, mas se for interferir é prejudicado”* P4 *“os alunos são responsáveis por comprarem esses materiais, o que a gente ver é que eles se organizam em duplas para dividirem esses materiais”*. P1 *“o professor tira dúvida de como utilizar o material, mas a forma como vão adquirir isso eles buscam sozinhos Às vezes eles conseguem comprar usados ou comprar em conjunto para ter desconto”* P2.

É incontestável que o acesso de negros e negras à universidade aumentou significativamente nos últimos anos, mas segundo Brandão, Campos e Lima (2018, p. 1027) explicitam,

... ainda há um longo caminho a ser percorrido, de forma coletiva e articulada a fim de superar as diversas relações desiguais de poder, que se dão no âmbito das políticas públicas sociais. Tais políticas precisam superar relações de opressão que, muitas vezes, estão entranhadas na estrutura do sistema capitalista e, infelizmente, na concepção dos agentes sociais responsáveis pela criação, gerenciamento e avaliação dessas mesmas políticas.

Para a diretora do NEABI, responsável pela implantação das ações afirmativas na instituição afirma *“as medidas são insuficientes para a demanda e estão concentradas em aspectos relacionados a sobrevivência do estudante. Visam garantir moradia, alimentação e transporte. Além disso, as medidas de permanência não são exclusivas para os cotistas negros, elas atingem a todos os estudantes de baixa renda”*. Avaliar o impacto dessas políticas segundo Brandão, Campos e Lima (2018, p. 1026) trazem questionamentos sobre *“a qualidade de ensino, se os cotistas conseguem ou não acompanhar o rendimento acadêmico dos estudantes não cotistas”*. A diretora do NEABI continua justificando a não implementação das medidas *“passamos o tempo concentrada em resolver a equação, número grande de cotistas e o número muito pequeno de recursos para atender a esses cotistas”*.

O contexto histórico do processo de inserção de cotas no ensino superior brasileiro e a avaliação da implantação de ações afirmativas ressaltam no dizer de Passos (2015, p. 155) “a crescente explicitação do racismo da sociedade brasileira e das assimetrias nas condições de vida entre brancos e negros”

Questionada se as medidas adotadas para a permanência dos estudantes no curso, a diretora do NEABI avalia como positiva ao afirmar que “*a universidade tem feito o seu papel que é possibilitar institucionalmente que essas ações sejam feitas, sejam fiscalizadas sejam avaliadas inclusive com o controle do ministério público*”. Segundo constata-se da avaliação da diretora do NEAB, o PAAF abrangeu ações de dois entre os quatro eixos declarados em seu projeto, ou seja, ampliação do número de cotas e formação de servidores, deixando de fora o que traria da prática pedagógica referente ao eixo Políticas Curriculares e de Formação de Professor.

Os resultados desta pesquisa mostram que as ações afirmativas específicas para o grupo étnico racial que frequenta o curso de odontologia da instituição estudada, limita-se a investimentos financeiros, que mesmo assim, não são suficientes nem específicos para cotistas afrodescendentes, mas destinam-se a toda comunidade estudantil. São ações voltadas para a sobrevivência, bolsa permanência, acesso gratuito à residência e ao restaurante universitário.

São medidas de apoio a permanência fundamentadas no princípio da transferência de renda para a assistência estudantil. Numa determinada IES os estudantes têm acesso a essas bolsas e auxílios a partir de Editais publicados pela PROEST abrange bolsa auxílio pró graduando, bolsa monitoria, assistência para o restaurante universitário, auxílio a alimentação, assistência a residência universitária, auxílio moradia (Edital n. 02/2019 PROEST/UFAL).

Neste contexto, o PAAF/ deveria vislumbrar a possibilidade de viabilizar a implantação de políticas que promovam “o desenvolvimento das atividades que a universidade deve ter para possibilitar o desenvolvimento das atividades de estudantes que entram via reserva de vagas” conforme preconiza o eixo 2 do referido documento. Além disso realizar estudos que contemplem a reforma curricular”, estimulando a produção do conhecimento sobre as discussões étnico-raciais estimulando professores, estudantes, gestores, a indicarem respostas aos questionamentos sobre a prática pedagógica e sua adoção no referido curso.

Assim, investir na redução das desigualdades é um fator importante para promover a permanência dos estudantes no curso. Implantar as ações afirmativas estabelecidas pela instituição não se trata de concessão e sim de um direito que foi usurpado em virtude de sua raça e/ou classe social.

4. CONCLUSÃO

Nos estudos relacionados à questão da permanência do estudante cotista é consenso que estes carecem não somente de políticas de assistência estudantil de caráter financeiro, mas também de políticas que de fato interfiram na realidade concreta da universidade. Esse problema pode ser minimizado com práticas pedagógicas inclusivas, entretanto o desconhecimento dos professores e gestores sobre a existência de cotistas no curso e das medidas que a instituição adota para a permanência destes alunos no curso. O enfrentamento cotidiano das dificuldades para aquisição do kit acadêmico, material considerado obrigatório para a sua formação, junto a outras demandas relacionadas a sua própria subsistência os leva a criarem estratégias que passam pelo apoio familiar, solidariedade dos colegas de turma e de alguns professores, trabalhar nos finais de semana, pois a bolsa permanência nem todos conseguem. Não há indícios de acolhimento ou orientação por professores e gestores do curso, são largados “à própria sorte” vivenciando um cotidiano acadêmico de violência simbólica e racismo institucional oriundas das desigualdades socioeconômicas e raciais.

A ausência de orçamento específico do PAAF é o aspecto mais limitador para garantir a execução das medidas que visem a permanência no curso dos estudantes com maior grau de vulnerabilidade. Além disso, os cortes orçamentários efetivados pelo Governo Federal para os próximos anos, por sua vez, poderá limitar mais ainda, os novos investimentos no Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, e, portanto, haverá um prejuízo profundo nas ações sociais da IES e demais instituições federais do Brasil. É necessário ainda que a direção da Faculdade de Odontologia, tome as devidas providências para garantir que os cotistas sejam respeitados e valorizados em seus direitos frente à comunidade universitária e, mais especificamente, frente aos professores do curso.

Os resultados mostram que o desconhecimento dos professores e gestores sobre a existência de cotistas no curso e das medidas adotadas pela instituição para garantir a permanência no curso impedem a adoção de práticas pedagógicas inclusivas. Além disso, as medidas adotadas pela instituição não são suficientes para garantir a permanência dos

estudantes, apesar disso, a solidariedade e o esforço pessoal é o que mantém os estudantes no curso.

5. REFERÊNCIA

- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bergamaschi, M., Doeber, M., & Brito, P. (2018). Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 99(251), p.37-53, jan/abr
- Brandão, Jéssica Justino; Campos, Margarida de Cássia; Lima, Ângela Maria de Sousa (2018). Políticas de ações afirmativas desafiando relações desiguais de poder: acesso/permanência na Universidade Estadual de Londrina. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 4, n. 2, p. 24 - 44
- Brasil. (1973). *Lei nº. 6.001*, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm> Acesso em: 19 set. 2018.
- Brasil. (1996). *Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, nº 248, dez. 1996. p. 27.833-27.841.
- Brasil. (2005). *Lei nº. 11.128, de 26 de junho de 2005*. Dispõe sobre o Programa Universidade para Todos – PROUNI e altera o inciso I do art. 2º da Lei nº.11.096, de 13 de janeiro de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 jun. 2005.
- Brasil. (2012). *Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm> Acesso em: 20 dez. 2014.
- Brasil. (2012). Presidência da República. *Lei n. 12.711, em 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília.
- Brasil. (2012). Presidência da República. *Lei n. 12.711, em 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.
- Brasil. (2013). Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Síntese de Indicadores 2012. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em <http://ip.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2012/Volume_Brasil/pnad_brasil_2012.pdf> Acesso em 26 abr.2019.
- Brasil. (2013). Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. *Indicador de qualidade das instituições de ensino superior*. Brasília. Disponível a partir de <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>>. Acesso em: 18 mar. 2019.
- Brasil. (2014.). Presidência da República. *Lei n. 13.005, em 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências, Câmara dos Deputados, Brasília- DF, 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em 24 mar. 2018.
- Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 05 de Outubro de 1988 Disponível a partir de em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.shtm> Acesso em: 06 fev. 2019.
- Carvalho, J. J. (2016). *A política de cotas no ensino superior. Ensaio descritivo e analítico do Mapa das Ações Afirmativas no Brasil*. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, CNPQ, Universidade de Brasília, MEC.
- Cunha, L. A. (2015). O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. *Educ. Soc.*, 28(100), 809-829.
- Cunha, L. A. (2017). Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. *Educ. Soc., Campinas*, 88, Disponível<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-733020040003000008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 julho 2019.

- Feres Júnior, J., & Zoninsein, J. (2006). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: UnB.
- Feres Júnior, J., & Zoninsein, J. (2008). *Ação Afirmativa no Ensino Superior Brasileiro*. Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro, IUPERJ
- Jesus, R. E. (2018). Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização. *Educação em Revista*, 34, e167901.
- Minayo, M. C., & Costa, A. P. (2019). *Técnicas que fazem uso da palavra, do olhar e da empatia: pesquisa qualitativa em ação*. Aveiro: Ludomedia.
- Moehlecke, S. (2017). *Fronteira Da Igualdade No Ensino Superior: Excelência E Justiça Social*. (Tese Doutorado), Programa De Pós-Graduação Em Educação, Faculdade De Educação Da Universidade De São Paulo, São Paulo.
- Munanga, K. (1996). *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*. São Paulo: Edusp.
- Munanga, K. (2005). *Superando o Racismo na Escola*. Disponível Em [Http://Portal.Mec.Gov.Br/Secad/Arquivos/Pdf/Racismo_Escola.Pdf](http://Portal.Mec.Gov.Br/Secad/Arquivos/Pdf/Racismo_Escola.Pdf). Acesso Em 11 Set. 2019.
- Munanga, K., & Gomes, N. L. (2006). *O Negro no Brasil de Hoje*. São Paulo: Global.
- Oliveira, A. C., & Soares, M. S. (2002). *Educação Superior No Brasil*. Brasília: Capes.
- Passos, Joana Célia dos. (2015) Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas, *Educação em Revista*, Belo Horizonte. V.31 n.02, p. 155-182, Abril-Junho.
- Santana, I. P., Cavalcante, J. A., & Petta, L. A. (2019). A Herança Internacional da Educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino. *Anais Intercon Nacional*.
- Santos, B. De S., Almeida Filho, N. (2018). *A Universidade No Século XXI: Para Uma Universidade Nova*. Coimbra: Almedina.
- Santos, Adilson Pereira dos (2018). Implementação da lei de cotas em três universidades federais mineiras. Tese de Doutorado, UFMG, Belo Horizonte. 221 fl.
- Santos, J. T., & Queiroz, D. M. (2017). Sistemas de Cotas: um Multiculturalismo Brasileiro? *Cienc. Cult., São Paulo*, 59 (2). Available From<[Http://Cienciaecultura.Bvs.Br/Scielo.Php?Script=Sci_Arttext&Pid=S0009-67252007000200017&Lng=En&Nrm=Iso](http://Cienciaecultura.Bvs.Br/Scielo.Php?Script=Sci_Arttext&Pid=S0009-67252007000200017&Lng=En&Nrm=Iso)>.
- Santos, M. R. N. (2019). *Cotas Socio raciais: para Além das Classes e das Raças*. Maceió: Ufal.
- Universidade Federal de Alagoas. (2007). *Projeto Pedagógico do Curso de Odontologia*. [Http://Www.Ufal.Edu.Br/Estudante/Graduacao/Projetos-Pedagogicos/Campus-Maceio/Ppc-Odontologia.Pdf/View](http://Www.Ufal.Edu.Br/Estudante/Graduacao/Projetos-Pedagogicos/Campus-Maceio/Ppc-Odontologia.Pdf/View). Acesso Em 27 Jan. 2020..
- Universidade Federal de Alagoas. (2017). *Serviços Oferecidos Aos Estudantes da UFAL*. Disponíveis Em [Http://Www.Ufal.Edu.Br/Estudante/O-Estudante/Assistencia-Estudantil/Servicos-Oferecidos](http://Www.Ufal.Edu.Br/Estudante/O-Estudante/Assistencia-Estudantil/Servicos-Oferecidos). Acesso Em 11 Out. 2019.
- Universidade Federal de Alagoas. (2019). *Projeto para Implantação do Programa de Ações Afirmativas na Universidade Federal de Alagoas*. Maceió.
- Zoninsein, J., & Feres Junior, J. (2008). *Ação Afirmativa no Ensino Superior Brasileiro*. Rio De Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: EDUFMG.